

A COMPOSIÇÃO DA DESIGUALDADE NO BRASIL: CONCILIANDO O CENSO 2010 E OS DADOS DO IMPOSTO DE RENDA

Marcelo Medeiros

Técnico de Planejamento e Pesquisa da Diretoria de Estudos e Políticas Sociais (Disoc)
do Ipea e professor da Universidade de Brasília (UnB)

Juliana de Castro Galvão

Mestranda em sociologia pela UnB

Lúisa Nazareno

Mestranda em desenvolvimento e cooperação internacional pela UnB

O objetivo deste estudo é desenvolver um método de correção do topo da distribuição dos rendimentos no Censo 2010, aplicá-lo, analisar a composição dessa distribuição corrigida e comparar os resultados aos obtidos sem a correção.

Propõe-se uma metodologia para aproximar a distribuição dos rendimentos de todas as fontes dos indivíduos adultos, obtida a partir dos dados do Censo 2010, daquela obtida nos dados da Declaração Anual de Ajuste do Imposto de Renda da Pessoa Física 2010 (DIRPF). A partir das distribuições corrigidas, analisa-se a desigualdade, utilizando uma decomposição do coeficiente de Gini segundo classes sociais. As classes são formadas pelo tipo de inserção ocupacional e nível educacional dos adultos, com a educação sendo diferenciada segundo cursos de nível superior. Finalmente, calcula-se um índice de contribuição proporcional dos indivíduos em cada classe para a desigualdade total, de modo a medir o quanto cada indivíduo de uma classe contribui para a desigualdade.

As conclusões gerais são de que a metodologia proposta aproxima de forma razoável, porém incompleta, as distribuições de rendimentos do Censo 2010 e da DIRPF 2010 e é robusta a algumas variações. As correções de subestimação elevam o nível total da desigualdade e modificam a composição dos rendimentos: aumenta a contribuição das elites educacionais e ocupacionais, das pessoas mais velhas, dos brancos e dos homens para a desigualdade. O peso das grandes regiões geográficas é pouco afetado por essas correções. O conjunto dos resultados sugere que há algo na distinção entre elite e massa que responde desproporcionalmente pela desigualdade brasileira e que não vinha sendo tratado adequadamente pelos estudos baseados em pesquisas amostrais. Como essas correções são incompletas, mesmo

depois de sua realização, os resultados provavelmente ainda estão subestimando o nível real da desigualdade de renda brasileira.

A decomposição dos dados corrigidos aponta que as elites educacionais têm uma contribuição desproporcionalmente alta para a desigualdade. Também é desproporcionalmente alta a contribuição da renda dos empregadores. Menor, porém ainda assim relevante, é a contribuição proporcional dos empregados do setor público, em particular daqueles com formação educacional em cursos de elite. Aqueles com formação superior em cursos gerais, no entanto, assemelham-se muito, em termos de contribuição para a desigualdade e coeficientes de concentração, a seus equivalentes no setor privado. A maior contribuição de uma classe desagregada para a desigualdade é a dos empregados do setor privado sem educação de nível superior, o que é de se esperar, posto que esta classe responde por mais de um terço da população adulta. Ainda assim estes trabalhadores contribuem com cerca de um quinto da desigualdade total, proporção bem menor que sua fração de população ou mesmo sua parcela do rendimento total.

Em seu conjunto, esses resultados sugerem que os estudos brasileiros baseados em pesquisas amostrais vinham subestimando o papel das elites na desigualdade, mesmo aqueles que haviam dado atenção específica ao assunto. Ao subestimar as rendas concentradas no topo da distribuição, o Censo 2010 subestima também o papel dos empregadores e da educação de elite na desigualdade do país e, conseqüentemente, tende a traçar um quadro mais simples e meritocrático da sociedade, o que pode levar a superestimar o papel que reformas educacionais mais simples e de menor alcance e custo podem ter na promoção da igualdade.